

**ECUMENISMO:
REPENSANDO O SIGNIFICADO
E A ABRANGÊNCIA DE UM TERMO**

Gottfried Brakemeier

I. Um quadro difuso

Houve épocas em que o significado de “ecumenismo” parecia consensual. Tratar-se-ia do resgate da unidade visível dos cristãos. Era esse o propósito que estava na raiz do movimento ecumênico moderno e que lhe conferiu a dinâmica. Embora fosse uma iniciativa protestante, predominantemente do mundo anglo-saxão, a Igreja Católica Romana, impelida por teólogos como Y. Congar, K. Rahner e, sobretudo, pelo Papa João XXIII¹ acolheu o compromisso da “Reintegração da Unidade”, como o decretou o Concílio Vaticano II². Portanto, “ecumenismo” é termo de conotação eclesiológica. Tem a unidade da Igreja por meta. Designa o empenho por reunir os fiéis “todos sob o mesmo Cristo”³, cumprindo o desejo do Mestre de que todos sejam um (Jo 17.21). *Cresce a consciência desse mandato não ser opcional, e,*

¹ Com referência à importância desse Papa para a causa do ecumenismo cf. G. CIPRIANI, *Itinerário Ecumênico de João XXIII*. São Paulo: Paulinas, 1985.

² J. HORTAL, *E haverá um só rebanho: História, doutrina e prática católica do ecumenismo*, São Paulo: Loyola, 1989, pp. 205s. R. FRIELING, *Der Weg des ökumenischen Gedankens*, Göttingen: Vandenhoeck, 1992, pp. 34s.

³ Este tem sido o título de um posicionamento da Comissão Mista Internacional Católico-Luterana sobre a Confissão de Augsburgo, utilizando uma formulação contida na própria Confissão. O texto está publicado em *REB* 42 / nº 165 (1982) 178-183.

sim, obrigatório da Igreja ⁴. Se ela é essencialmente uma, como dizem a Escritura e o Credo, a preocupação pela sua unidade é tarefa inalienável.

Há indícios, porém, que questionam o pretendido consenso e exigem a reavaliação do termo:

1. As notórias dificuldades da jornada ecumênica levantam a pergunta, se as Igrejas de fato, atribuem à palavra “ecumenismo” o mesmo significado. Sabidamente, os tempos da euforia ecumênica passaram. O caminho se revelou como sendo árduo e pedregoso. As resistências, as suspeitas e os senões enfrentados pelo projeto da “Declaração Conjunta sobre a Justificação por Graça e Fé” entre a Igreja Católica Romana e as Igrejas Luteranas filiadas à Federação Luterana Mundial, em 1999, para tanto são sintoma⁵. Outros exemplos poderiam ser arrolados. Ademais, é constrangedor que nenhum dos modelos de unidade eclesial, desenvolvidos com muita criatividade nos últimos decênios⁶, tenha sido coroado de êxito. *As conseqüências institucionais, por isso permaneceram modestas*. O barco ecumênico se ressentiu da falta de inspiração e de curso definido. Anda, de certa forma, à deriva.

Então, o quê significa “ecumenismo”? Será sinônimo da tentativa de converter o parceiro e de imprimir-lhe a própria identidade? Limitar-se-á à preservação da boa vizinhança ou à cooperação em assuntos de comum interesse? Vai esgotar-se em intermináveis diálogos sem jamais produzir resultados de ordem político-eclesiástica? É evidente que o afã ecumênico do século XX acarretou valiosos resultados. Mudou o clima das relações interconfessionais, fomentou a fraternidade cristã, ensinou o respeito mútuo⁷. O *confronto* foi substituído pelo *encontro*.

⁴ Assim com ênfase o papa João Paulo II em sua encíclica *Ut Unum Sint*. cf. G. L. B. HACKMANN, “A urgência da unidade segundo a carta encíclica *Ut unum sint*”, *Teocomunicação* 25 / n° 109 (1995).

⁵ A gênese da declaração, assinada em 31 de outubro de 1999 na cidade de Augsburg na Alemanha, tem sido sofrida. Fizeram-se necessárias diversas reformulações e até mesmo um posicionamento oficial anexo. Objeções houve de ambas as partes, a luterana e a católica, alegando questões a merecer futuros esclarecimentos. O texto está publicado em DECLARAÇÃO CONJUNTA SOBRE A DOUTRINA DA JUSTIFICAÇÃO. São Leopoldo: Sinodal / Brasília: CONIC / São Paulo: Paulinas, 1999.

⁶ Cf. G. TIEL. “A unidade da Igreja”, *Simpósio* 33 (1990) 39-62; J. BOSCH NAVARRO, *Para compreender o ecumenismo*, São Paulo: Loyola, 1995, pp. 24s. B. WEBER (org.), *Koinonia: caminhos para a comunhão rumo à unidade*, São Leopoldo: Sinodal, 1998 (tradução de dois documentos da Comissão Mista Internacional católico-luterana: “Caminhos para a comunhão” e “Rumo à Unidade – Modelos, formas e fases da Comunhão Eclesial”).

⁷ Cf. as exigências ecumênicas formuladas pela CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, *O que é ecumenismo?* Uma ajuda para trabalhar a exigência do diálogo, n° 6, São Paulo: Paulinas, 1997. Na mesma linha B. KLOPPENBURG, “Abertura para o ecumenismo”, *Teocomunicação*, 28 / n° 122 (1998) 467-488, e outros.

Há que se agradecer por isto. E, no entanto, unidade é mais do que o “reconhecimento da diversidade e da afirmação do respeito com o outro”⁸. Necessita de visível expressão eclesiológica. Reside aí o problema: *Falta uma visão do que seja comunhão eclesial*. A meta está ameaçada de se tornar nebulosa e de submergir em interpretações distintas e até contraditórias. “Ecumenismo” deixou de ser palavra inequívoca⁹. Volta a exigir explicação.

2. A globalização é outro fator problematizador do ecumenismo tradicional. Aproxima e confronta as culturas e as religiões, impondo-lhes o imperativo de achar uma forma de convivência. Assim o afirma com ênfase Hans Küng! Entre as exigências da atualidade, esse conhecido idealizador de uma ética mundial inclui o postulado de “uma ordem mundial ecumênica”¹⁰. Para o manejo da pluralidade pós-moderna não seria bastante a mera tolerância. Somente *ecumenismo* poderia garantir a paz entre os povos. *Isto significa que o termo acaba englobando o que comumente se tem chamado “diálogo inter-religioso”*. Sofre considerável ampliação de horizontes. Deixa de referir-se exclusivamente à unidade da Igreja. Tem em vista a unidade da humanidade.

A idéia de um ecumenismo das culturas não é nova na América Latina. Foi aqui que se cunhou o conceito do “macroecumenismo”, respectivamente do ecumenismo integral. Conforme Pedro Casaldáliga, “...o que importa verdadeiramente não é ser adepto de uma Igreja, mas entrar na dinâmica do Reino, nossa relação com ele, sermos lutadores de sua causa”¹¹. O referencial eclesiológico, pois, está sendo substituído pelo escatológico, configurado na esperança pelo reino de

⁸ D. STRECK, “Uma educação ecumênica: oito proposições sobre um tema controverso” *Estudos da Religião* 14 (1998) 39.

⁹ Assim o constata o secretário geral do Conselho Mundial de Igrejas (CMI) Konrad RAISER, *Ernstfall des Glaubens: Kirche sein im 21. Jahrhundert = Bensheimer Hefte*, no 90, Göttingen: Vandenhoeck, 1997”, pp. 28s; o bispo luterano na Baviera (Alemanha) J. FRIEDRICH, “Einheit in Verschiedenheit”, *Nachrichten der Evangelisch-Lutherischen Kirchen in Bayern*, 56 / n° 1 (2001) 1-8, e muitos outros.

¹⁰ H. KÜNG, *Projeto de ética mundial: Uma moral ecumênica em vista da sobrevivência humana*, São Paulo: Paulinas, 1992, esp. pp. 101s; semelhantemente J. de SANTA ANA, “Muito além da tolerância: desafios ao diálogo inter-religioso”, *Contexto Pastoral* VII / n° 38 (1997) p. 6.

¹¹ P. CASALDÁLIGA / J. M. VIGIL, *Espiritualidade da Libertação*, São Paulo: Vozes, 1993, p. 195. A expressão “macroecumenismo” é nada feliz. Pois o que seria o correspondente “microecumenismo”? Em “ecumenismo integral” fala J. de SANTA ANA, “Em favor de um ecumenismo integral”, *Tempo e Presença* 15 / n° 271 (1993) 21-23.

¹² É flagrante, em Casaldáliga, a visão do reino de Deus como utopia “política”, concreta. De imediato se pergunta: Ela poderá abrir mão da dimensão cristológica – para ser abrangente, universal? Será suficiente fundamentar o ecumenismo a que dá origem, antes de mais nada num compromisso ético? São aspectos problemáticos dessa concepção, por mais justo que seja a insistência na práxis da libertação.

Deus. Não há necessidade de discutir, neste contexto, a concepção de reino que inspira essa visão¹². Importante é registrar que esse ecumenismo cultural e político já não mais se fundamenta exclusivamente no segundo artigo da fé. Vem assim ao encontro de fortes tensões da atualidade. *Seria imperioso inserir o ecumenismo num quadro trinitário*. É claro que sob a perspectiva do Deus criador, que é Alfa e Ômega (Ap 1,8), início e fim, a *oikoumene* se apresenta diferente do que sob a perspectiva da tradicional cristologia e a correspondente eclesiologia. Algo análogo vale para um ecumenismo a partir do terceiro artigo da fé que confessa o Deus Espírito Santo. Abrem-se novas dimensões do “ecumênico” que requerem cuidadosa reflexão.

3. Seja lembrado, enfim, que na América Latina se ressaltam ainda outros aspectos. Manuel Quintero tem falado num “*ecumenismo social*”¹³; Faustino Teixeira, num “*ecumenismo planetário*”¹⁴; José Miguez Bonino numa “*‘ecumene’ da justiça*”¹⁵. Já em 1971, havia sido publicado um livro com o título “*Ecumenismo das Religiões*”¹⁶. Fica claro, pois, que o problema da unidade não se esgota numa questão de dogmática cristã. É assunto eminentemente prático, de abrangentes relações sociais. Busca evitar o tão falado *clash of civilizations*, a colisão das culturas¹⁷. É engajamento em favor da “paz na terra, entre as pessoas a quem Deus quer bem” (Lc 2.11). O “*Ecumenismo*” pode ser o *mutirão em favor da dignidade humana*, do que tem sido um bonito exemplo a “*Campanha da Fraternidade Ecumênica*” no ano 2000. Diante do desprezo pela vida humana, as Igrejas se vêem compelidas a cooperar, a despeito de suas diferenças doutrinárias. Buscam o consenso ético numa práxis diaconal que a seu modo questiona o dissenso no dogma. Mais desta vez o termo “ecumenismo” adquire um significado peculiar. Reúne um público distinto daquele que busca o consenso na teologia, processa-se em outros moldes, persegue não exatamente os mesmos objetivos.

¹³ M. QUINTERO, “Oikoumene: Venturas y desventuras en la antesala del tercer milenio”, *Cristianismo y Sociedad*, 33 / 2 / n° 124 (1995) 44s.

¹⁴ F. TEIXEIRA, *Teologia das Religiões: uma visão panorâmica*, São Paulo: Paulinas, 1995, pp. 190s.

¹⁵ J. MIGUEZ BONINO, “Einheit zwischen Hoffnung und Geschichte. Blick auf die ökumenische Bewegung aus der Perspektive der Dritten Welt”, *Ökumenische Rundschau* 31 / n° 3 (1982) 339. Cf. também J. de SANTA ANA, *Ecumenismo e Libertação: reflexões sobre a relação entre a unidade cristã e o Reino de Deus*. São Paulo: Vozes, 1991, pp. 296s.

¹⁶ T. FEDERICI et alii, *Ecumenismo das religiões*, Petrópolis: Vozes. 1971. Trata-se de uma tradução, sendo significativo que o termo “ecumenismo” não aparece no original italiano.

¹⁷ A expressão remonta a Samuel Huntington, cujo livro sobre o assunto causou forte impacto. Importa registrar, entretanto, que Huntington de modo algum considerasse uma batalha geral das culturas destino inevitável; cf. K. RAISER, “Ist ein Kampf der Kulturen unausweichlich?”, *Ökumenische Rundschau* 49 / n° 4 (2000) 396-404.

O levantamento do quadro não está completo. Mas é suficiente para mostrar as facetas multicoloridas do que chamamos "ecumenismo". Amplos segmentos do mundo ecumênico se recusam a abrir a *oikoumene* para além da Igreja. Tentam segurar o significado estritamente eclesiológico e evitar que a causa se desfaça na confusão das indefinições¹⁸. E, no entanto, será possível excluir o mundo não cristão da "ecumene"? Vivemos todos, sem exceção, numa casa (*oikos*) comum. Assim *deve-se exigir a prestação de contas sobre o uso do termo*. Pois justamente o uso indiscriminado provoca temores. Parece recomendar o recolhimento atrás dos muros protetores das usuais fortalezas confessionais. Enfrenta a suspeita de promover o sincretismo, respectivamente o relativismo religioso¹⁹. Pluralismo, quando transformado em ideologia, corrói a normatividade. Orienta-se na demanda do mercado, valorizando o que se vende. Sem normas seguras, porém, a convivência humana se inviabiliza. Assim também o ecumenismo.

Eis porque ecumenismo autêntico não poderá renunciar ao *critério da verdade*. Opõem-se ao oportunismo, à degradação a um jogo "político", ao calculismo de meras conveniências. Inversamente, a verdade requer o consenso. Precisa ser acolhida, reconhecida, oficializada. À flagrante problematização do ecumenismo, de um lado, corresponde sua indiminuta urgência, de outro. Necessitamos da renovação do compromisso ecumênico na Igreja e na sociedade, e isto em fundamentos abalizados e com objetivos claros. Para tanto, as considerações a seguir pretendem ser modesta contribuição.

II. Unidade da Igreja e unidade da humanidade

1. Enfatizar que *oikoumene* é termo multidimensional, é repetir o óbvio²⁰. Ainda assim convém fazê-lo. A etimologia remete ao significado geográfico. *Oikoumene* é o espaço de vida do ser humano, a casa que lhe serve de habitação, é o mundo que provém das mãos de Deus e, por isto, lhe pertence (cf. Sl 24,1). Já muito cedo, porém, se associa ao significado geográfico o político. "Ecumene" designa o Império

¹⁸ Assim por exemplo U. KÖRTNER, *Versöhnte Verschiedenheit: Ökumenische Theologie im Zeichen des Kreuzes*, Bielefeld: Luther, 1996, pp. 62s. No entender do autor, "ecumenismo" está ameaçado pela falta de nitidez, ou seja pela difusidade da pós-modernidade. Cf. também H. MEYER, *Ökumenische Zielvorstellungen*; *Ökumenische Studienhefte* 4, Göttingen: Vandenhoeck, 1996, p. 14.

¹⁹ É o que se observa na recente declaração *Dominus Iesus* da Congregação para a Doutrina da Fé da Cúria Romana. O justo alerta contra o relativismo conduz ao destaque unilateral da particularidade e ao perigo da monopolização da verdade.

²⁰ cf. J. de SANTA ANA, *Ecumenismo e Liberdade*, *Op. cit.* p. 15s; K. RAISER, "Ökumene", in H. KRÜGER et alii, *Ökumene-Lexikon*, Frankfurt a. M.: O.Lembeck / J.Knecht, 1983, cols. 877s; etc..

Romano (Lc 2,1), portanto uma esfera de poder, de governo e de jurisdição. Na perspectiva cultural podia designar o mundo unido pelo helenismo, ou seja pela cultura grega²¹, além da qual não haveria senão “bárbaros” (cf. Rm 1,14). Enquanto isso, a primeira cristandade via na *oikoumene* prioritariamente seu campo de missão (Mt 24.14); a seguir aplica o termo à Igreja universal, espalhada por toda a terra. Seus concílios, nos primeiros séculos, são considerados “ecumênicos”, com o que se vincula a reivindicação de validade geral²². O termo “ecumênico” tem proximidade ao que hoje se chama “global”.

Enquanto a ecumenicidade da Igreja antiga era uma realidade, passa a ser meta e tarefa depois de uma dolorosa história de divisões. É bem verdade que tanto a Igreja Ortodoxa quanto a Igreja Católica Romana se consideram a si próprias “ecumênicas”²³. E, no entanto, o surgimento do termo “ecumenismo” no âmbito católico demonstra o despertar da consciência de um alvo ainda não alcançado²⁴. “Ecumenismo” é uma palavra nova sem equivalente na Bíblia, acusando um déficit nas Igrejas hoje. *Exprime o desejo pela “Igreja toda”, pela recuperação da plena catolicidade que em nenhuma das instituições se encontra de forma acabada*²⁵. Exatamente por isto, a palavra “ecumênico” passa a qualificar determinada mentalidade. Consiste na consciência do vínculo que há entre todos que professam o nome de Jesus Cristo, e da necessidade da reconciliação entre as Igrejas divididas. Pois a unidade das Igrejas e de seus membros é anterior às suas divisões. A unidade está em Cristo. Ela é dom antes de ser tarefa. Não cabe ao ecumenismo construir ou *produzir* a unidade. Cabe-lhe, isto sim, *visualizar* a unidade que em Cristo já existe.

2. Foram duas as vias, pelas quais se tentou alcançar essa meta. A primeira tem seu protagonista no movimento “*Fé e Ordem*”, uma das veias que deu origem ao Conselho Mundial de Igrejas (CMI)²⁶. Procu-

²¹ Cf. J. “HORTAL”, *Op.cit.* p. 11.

²² A. BIRMELÉ, “Ökumene”, in *Evangelisches Kirchenlexikon*, v IV, Göttingen: Vandenhoeck, 1996, cols. 825s.

²³ Veja o incidente no Concílio Vaticano II, relatado por J. BOSCH NAVARRO, *Op.cit.* p. 9. Aliás, esse Concílio é considerado “ecumênico” pela Igreja Católica, assim como o supremo patriarca da Igreja ortodoxa também se intitula “ecumênico”.

²⁴ Foi usado pela primeira vez pelo teólogo católico Y. Congar. Mas foi o Concílio Vaticano II que o acolheu e difundiu; cf. R. FRIELING, “Ökumene” in *Theologische Realenzyklopädie* v. XXV, Berlin / New York: Walter de Gruyter, 1995, p. 47.

²⁵ Catolicidade busca o “eclesial”, não só o “eclesiástico”. Assim M. BARROS, *O sonho da Paz*, Petrópolis: Vozes, 1996, 2a ed.. p. 151. A recuperação da integral catolicidade da Igreja, pois, é imperativo que se coloca, de uma ou de outra forma, a todas as Igrejas. K.-J. KUSCHEL, “Sind die Kirchenspaltungen überwindbar?” *Evangelische Theologie*, 58/ n° 4 (1998) 261s. Cf. também as instrutivas reflexões de D. L. BARBOSA, “A questão da verdadeira Igreja e o diálogo ecumênico”, *PT* 87 (2000) 259-270.

²⁶ B. van KAICK / K. RAISER, *Movimento Ecumênico: História e desafios*, São Leopoldo: Centro Ecumênico de Evangelização Capacitação e Assessoria. s.d.; J. HORTAL, *Op.cit.*,

ra superar as barreiras divisoras das Igrejas mediante o diálogo doutrinal. Teve sua primeira grande conferência em 1927, na cidade de Lausanne, e tem produzido, também e justamente depois de sua integração no CMI, em 1948, importantes documentos de consenso. O mais conhecido deles certamente é a declaração de Lima sobre "Batismo, Eucaristia, Ministério". A Igreja Católica, embora não se tenha filiado ao CMI participa como membro ativo na Comissão "Fé e Ordem", sendo, pois, co-signatária dos textos da mesma.

Que a reversão das divisões necessita do consenso na doutrina da fé é convicção comum das Igrejas históricas. Diz o artigo VII da Confissão de Augsburgo, a mais importante confissão luterana: "E para a verdadeira unidade da Igreja basta que haja acordo quanto à doutrina do evangelho e à administração dos sacramentos." Estranhamente, porém, o diálogo doutrinal entre as Igrejas, com impressionante trajetória histórica, teve efeitos pouco expressivos. Revelou surpreendentes possibilidades de aproximação teológica. *Mas faltou a "recepção", isto é a acolhida oficial por parte das Igrejas.* A flagrante crise do ecumenismo em nossos dias tem aí uma de suas grandes causas²⁷. Qual o grau de consenso necessário para possibilitar comunhão eclesial? Verifica-se cansaço com "o ecumenismo doutrinal".

A outra via é representada pelo movimento "*Vida e Ação*", nascido igualmente no início do século XX e, posteriormente, integrado no CMI. Ao contrário de "Fé e Ordem" procura a unidade através do serviço. Na primeira conferência internacional da entidade, em Estocolmo, 1925, se preconizava euforicamente que, enquanto a doutrina divide, a ação une. Caberia privilegiar um cristianismo prático. A divisa obviamente não resiste a exame crítico²⁸. Peca por superficialidade. Pois práxis refletida jamais está isenta de pressupostos doutrinários. Pode também ela polarizar e gerar conflitos. Evidenciou-o, à sua maneira, a convocação mundial de Seul, em 1990, sob o tema "Justiça, paz e integridade da criação". A despeito da formulação de uma série de compromissos comuns, a concepção de uma ética social ecumênica se mostrou difícil²⁹. Na convocação

pp. 185s; H. MALSCHITZKY, "Fé e Ordem – um instrumento a caminho da unidade", *Estudos Teológicos*, 31 / nº 1 (1991) 20-28; etc.

²⁷ Cf. INSTITUTE FOR ECUMENICAL RESEARCH (Strasbourg), *Crisis and challenge of the ecumenical movement: Integrity and indivisibility*, Geneva: WCC Publications, 1994; M. WEINRICH. *Ökumene am Ende? Plädoyer für einen neuen Realismus*, Neukirchen Vluyn: Neukirchner 1995, e outros.

²⁸ E. CAMBON, *Fazendo ecumensimo: Uma exigência evangélica e uma urgência histórica*, São Paulo: Cidade Nova, 1994, pp. 139s. De resto remetemos para a literatura já indicada.

²⁹ R. FRIELING, *Der Weg des ökumenischen Gedankens*, *Op.cit.* pp. 310s; L. VISCHER. "Preparativos ecumênicos para uma Assembléia Mundial da Paz": *Concilium*, 215 / nº 1 (1988) 10-20.

colidiram não só pontos de vista, e, sim, também os interesses de Primeiro e Terceiro Mundo.

Ainda assim, *a ênfase na práxis abre novas perspectivas*. Desprende o ecumenismo da tradição dogmática das Igrejas, concentra a atenção nos desafios da atualidade, transfere a iniciativa dos especialistas em teologia ao povo de Deus envolvido nas lides do cotidiano. Busca critérios não somente a partir da *tradição*, e sim, da *vocação* da Igreja³⁰. Especialmente na América Latina a orientação na práxis granjeou simpatias. Coincidia com as insistências da teologia da libertação e inspirou o assim chamado “ecumenismo de base” que desenvolveu impressionante dinâmica³¹. O ecumenismo da práxis “populariza” o ecumenismo e lhe assegura, desde já, palpitante relevância. Extrapola as fronteiras eclesiais. O caminho para a unidade passará então pelo crivo da diaconia social? É claro que essa unidade já não mais coincide exatamente com a unidade da Igreja. É a unidade na causa da justiça, da paz e da preservação do meio ambiente, muito de acordo com o processo conciliar desencadeado pelo CMI, em 1983³².

Poder-se-ia descobrir no lado a lado das duas vias *a tensão bíblica entre a fé e o amor*. Amor existe também entre os “samaritanos”, ou seja entre gente estranha, não pertencente à comunidade de fé. Não há, pois, como fugir da pergunta pela relação entre a unidade no credo e a unidade no serviço. Frequentemente conduziu a polarizações e posturas intransigentes. Ou se condenava o “ecumenismo de consenso” como algo supérfluo, ou se qualificava o “ecumenismo prático” como secundário. Certo é que nem um nem outro é prescindível. Mas como conjugar as duas vias? Quando se trata de justiça social, de paz e de ecologia, os cristãos já não mais estão de acordo. Devem arranjar-se com outros e buscar-lhes a cooperação. Que significa isto para o ecumenismo? Aparentemente existe elo bem mais estreito entre a unidade da Igreja e a unidade da humanidade do que normalmente se está disposto a admitir.

3. É o que se pode observar nas origens do CMI. A escolha do tema da Assembléia Constituinte, em 1948, numa Europa terrivelmente devastada, foi sintomática: “A desordem do mundo e o plano salvífico de Deus”. Pretendia-se a unidade dos cristãos, evidentemente, mas simultaneamente a reconciliação dos povos e a cura das feridas aber-

³⁰ Cf. nosso estudo G. BRAKEMEIER, “Reflexões teológicas sobre o ecumenismo brasileiro”, *Estudos Teológicos* 31 (1991) 14s.

³¹ G. TIEL, *Ecumenismo na perspectiva do reino de Deus: Uma análise do movimento ecumênico de base*, São Leopoldo: Sinodal / CEBI, 1998.

³² Informa sobre este processo G. TIEL, “O processo conciliar de mútuo compromisso para a justiça, paz e integridade da criação”, *Estudos Teológicos* 28 / n° 2 (1988) 153-170.

tas pela guerra. Para o CMI, a unidade da Igreja jamais tem sido um fim em si mesma. Deveria ser instrumento de paz entre todos os habitantes desta terra. Ilustram-no as palavras do ex-secretário geral da entidade, Philipp Potter: "Mais importante ainda é uma compreensão mais clara do termo 'ecumênico' como termo que se refere não só ao fato de as igrejas se encontrarem e estarem juntas, mas, mais biblicamente, a 'toda a terra habitada' de homens e mulheres que lutam para se tornar o que estão destinados a ser no propósito de Deus... Assim, nesta compreensão o movimento ecumênico está em toda parte onde os cristãos e outros estão, de uma ou de outra maneira, procurando trabalhar pela unidade da humanidade. As igrejas participam deste movimento plenamente cientes de que a *oikoumene* pertence ao Senhor..."³³.

Um documento de estudo da comissão "Fé e Ordem", com o título "Iglesia y Mundo – la unidad de la Iglesia y la renovación de la comunidad humana", do ano 1990³⁴ tentou esclarecer as questões implícitas. Deu preciosos impulsos. Mas o assunto continua em pauta. Quando a unidade da humanidade está na mira, "ecumenismo" tem um significado diverso, não o de uma ótica restrita à unidade da Igreja. Costuma ser colocado, então, nos horizontes do reino de Deus, ao qual a Igreja é chamada a servir. A busca da unidade dos cristãos de forma alguma vai ser abandonada. Mas insere-se no objetivo maior da construção de comunhão entre culturas, raças, gêneros e outros, com a eliminação dos muros divisores.

Konrad Raiser acolheu essa visão, articulando-a na fórmula da "terra habitável". A "ecumene" está sendo entendida como a "economia da vida" a ser devidamente administrada. Importa, diz ele, que a "terra habitada" seja preservada ou resgatada como "terra habitável". Ecumenismo, pois, tem a ver com a responsabilidade da criatura perante o criador. Raiser fala de uma mudança de paradigma e apregoa a fundamentação trinitária do ecumenismo³⁵. Além da unidade em Cristo, existe uma unidade em Deus, o criador. A humanidade tem a mesma origem. Da mesma forma existe um só futuro comum a todo o mundo. O reino de Deus, por cuja vinda Jesus ensinou a rogar,

³³ Apud G. TIEL, "Ecumenismo na perspectiva ...", *Op.cit.* p. 14.

³⁴ WCC PUBLICATIONS, *Documento Fé y Orden* n° 151, Genebra 1990. Trata-se de tradução do original inglês. Já haviam dedicado estudo interessante à temática J. MIGUEZ BONINO, *Integración humana y unidad cristiana: Conferências Ecumênicas* n° 1, Puerto Rico 1969; W. PANNENBERG, "Einheit der Kirche und Einheit der Menschheit", in J. R. NELSON / W. PANNENBERG (Hrg.), *Um Einheit und Heil der Menschheit*, Frankfurt a. M.: O. Lembeck, 1973, pp. 7-21, e outros.

³⁵ K. RAISER. "Ecumenism in transition: a paradigm shift in the Ecumenical Movement?" Geneva: WCC Publications, 1991, pp. 84s; idem, "O Conselho Mundial de Igrejas e os novos desafios para o movimento ecumênico", *Estudos Teológicos* 34/ n° 3 (1994) 276-281.

desconhece atributos de ordem religiosa, denominacional ou cultural. A escolha do tema da última Conferência Internacional sobre Missão, realizada em 1996, na Bahia, foi significativa: "Chamados a uma mesma esperança – o evangelho em diferentes culturas."

4. Tamanhas proporções do "ecumênico" naturalmente provocam temores. Ao extrapolar a unidade da Igreja e abraçar a paz entre segmentos sociais e na família humana em seu todo, o ecumenismo inevitavelmente estender-se-á a outras culturas e religiões. O preço a pagar poderia ser a relativização da verdade, um gigantesco sincretismo, um mingau religioso de inúmeros e obscuros ingredientes. Ou, então, o ecumenismo, ao meter-se em assuntos sociopolíticos, poderia submergir no jogo dos interesses corporativistas e nos respectivos conchavos. Por acaso não tem razão quem pretende restringir o "ecumenismo" a uma questão doméstica, interna das Igrejas? Isto, de modo algum, necessita redundar no estrangulamento da responsabilidade cristã pelo bem estar geral da humanidade e a paz na terra. Mas iria proteger o "ecumenismo" de indevida dilatação e, portanto, da falta de um claro perfil. *Mesmo assim, a despeito dessas objeções, a retirada do ecumenismo da esfera geral do humano me parece ser impossível.* São várias as razões:

a. A unidade da Igreja permanece ilusória sem o concomitante esforço pela unidade da humanidade. Na melhor das hipóteses, os esforços alcançarão resultado parcial. Em estudo provocante, Vítor Westhelle chega a constatar: "A questão da unidade, em um mundo dividido, não é, portanto, uma questão nem de doutrina nem de prática. É uma questão de ajustamento ou de justiça. Entre as opções oferecidas acima descansa a escolha de qual divisão estamos prontos a sofrer em favor da unidade que julgamos importante alcançar"³⁶. *As divisões da humanidade, com efeito, perpassam também as Igrejas e lhes afetam a unidade.* Comunhão cristã, para ser autêntica, precisa necessariamente sanar feridas produzidas por motivos étnicos, econômicos, culturais ou outros. O membro da Igreja não deixa de participar dos conflitos de sua respectiva sociedade. Vive num só mundo, como cristão e como cidadão. Por todas essas razões, a construção da unidade entre pessoas cristãs deve andar de mãos dadas com o saneamento básico das relações humanas, com perdão e superação de pecados, com o empenho por paz e justiça social, por um mundo mais humano. O mesmo se aplica às instituições eclesiais.

³⁶ V. WESTHELLE, "Una Sancta: a unidade da Igreja na divisão social", *Estudos Teológicos* 31 / nº 1 (1991) 43; cf. M. BARROS, *Op. cit.* pp. 90.110 e *passim*.

b. Ademais, há que se perguntar, se “unidade da Igreja” e “unidade dos cristãos” de fato designam o mesmo fenômeno. Diálogos ecumênicos que buscam consensos capazes de vencer divergências e permitir comunhão eclesial, costumam ter a doutrina oficial das Igrejas por objeto. Nessas condições estão claras as posições católicas, luteranas, metodistas ou outras. Definem-se a partir da Tradição e do patrimônio dogmático das Igrejas. Mas haverá consonância entre a doutrina oficial das Igrejas e a consciência confessional de seus membros? Até que ponto as pessoas compartilham e endossam as convicções oficiais das Igrejas a que vivem filiadas³⁷?

Foi instrutiva, nesse tocante, a reação pública à já referida “Declaração Conjunta” católico-luterana sobre a justificação por graça e fé. Para a grande maioria das pessoas a matéria é estranha. As sofisticadas perguntas em debate, que têm elas a ver com o dia a dia do povo cristão? É claro que assuntos de doutrina possuem peso e relevância. Não devem ser diminuídos. Mas é difícil mostrar que as Igrejas, ao insistir no dogma, não estejam maleando palha ecumênica. De qualquer maneira, o universo religioso de boas parcelas da cristandade já não mais coincide com aquele que vale como doutrina oficial nas Igrejas. Pelo que tudo indica, a tendência à particularização da religião e, com isto, ao afastamento das normas das instituições está em aceleração. *As fronteiras confessionais e mesmo as religiosas, embora não diluídas, tornaram-se permeáveis.* Fala-se em “transversalidade”, ou seja em fenômenos religiosos comuns de grupos em si heterogêneos³⁸. O reencarnacionismo é um exemplo disto. Encontra-se difundido não só em suas religiões de origem ou no espiritismo. Faz parte também do ideário “inoficial” de muitos cristãos.

Isto significa que o diálogo interconfessional e inter-religioso se transformou em imperativo interno das próprias Igrejas. A pluralidade de convicções, característica da “humanidade” e multiplicada pela globalização, invade as comunidades cristãs e exige discussão. O ecumenismo, sem renunciar ao critério da verdade, vai querer a paz entre os que estão perto e os que estão longe (cf. Ef 2,17)³⁹. De modo

³⁷ São numerosos os estudos sobre o quanto a religiosidade popular pode destoar do discurso oficial das Igrejas. Belo exemplo, dizendo respeito à cristologia, é oferecido numa coletânea de artigos publicados pela ASTE. L. BOFF / J. D. de ARAÚJO et alii, *Quem é Jesus Cristo no Brasil?* = Teologia no Brasil, 1, São Paulo: ASTE, 1974.

³⁸ O. BOBSIN, “Tendências religiosas e transversalidade – hipóteses sobre a transgressão de fronteiras”, *Estudos Teológicos* 39 / nº 2 (1999) 105-122.

³⁹ Cf. o título sugestivo do já citado livro de M. BARROS, *O sonho da paz*. Há uma dialética entre a verdade e a paz. O esforço pela paz não pode renunciar à verdade, assim como, em contrapartida, esta não pode desprezar seu compromisso com aquela.

algum se reduz a uma forma de “política externa” das Igrejas. Deve iniciar “em casa”, na própria instituição, como esforço pelo *magnus consensus* que sustenta a comunhão em Cristo. O ideário religioso da “humanidade”, ou então, seus elementos, encontram-se bem mais presentes na Igreja do que muitas vezes se supõe. Eis mais uma razão para não divorciar a unidade da Igreja daquela da humanidade.

c. Finalmente, será difícil tal separação também, quando se trata de ética e responsabilidade social. Não existe nessas áreas nenhum monopólio cristão. O serviço ao bem comum e a preservação do meio ambiente, bem como a defesa dos direitos humanos são incumbências de toda pessoa. A pergunta chave é *se a Igreja vai querer cumprir esse seu mandato em favor das pessoas ou juntamente com elas*. No primeiro caso, ela se entende como entidade distinta da sociedade, destinando-lhe sua diaconia como auxílio externo, seja na forma caritativa ou política. Tal diaconia terá natureza ecumênica, se nascer de um consenso de fé das Igrejas. Sob essa perspectiva, a unidade da Igreja é a premissa da unidade na ação diaconal dos cristãos e no discurso orientador da práxis.

Não acontece assim quando a Igreja se solidariza com as pessoas na luta por justiça, paz, sustentabilidade ecológica, ou seja, por um mundo mais justo e humano⁴⁰. Também neste caso, a Igreja de modo algum vai dissolver-se no mundo. Não vai se confundir com ele. Continuará tendo sua origem na vocação pelo Espírito Santo. E, no entanto, é neste mundo que ela se saberá em casa, solidária com as suas dores, sua perplexidade, sua cruz. Será ecumênica essa maneira de exercer a diaconia, quando emana do consenso do amor, do mutirão pela justiça, da transformação de estruturas iníquas⁴¹. E este consenso pode ser diferente do estribado em convergências doutrinárias. Tem sido esta a experiência em Comunidades Eclesiais de Base. Perceberam sua forte proximidade aos movimentos populares⁴². Pessoas de diferentes

⁴⁰ J. de SANTA ANA, “Ecumenismo e solidariedade com os pobres do terceiro mundo”, in *Virada do Século na América Latina*, São Paulo: Paulinas, 1984, pp. 67-83.

⁴¹ A pergunta, se a Igreja promove a *sua* missão ou se ela se associa à missão que *Deus* está promovendo em seu mundo, foi amplamente discutida no CMI há meio século atrás. Superadas unilateralidades de parte a parte, a questão continua relevante na atualidade; cf. o meu estudo G. BRAKEMEIER, “Consensos e conflitos ecumênicos em torno da missão cristã: Uma avaliação a partir da Conferência de San Antonio”, *Estudos Teológicos* 31 / n° 1 (1991) 63s. Aliás, o ecumenismo prático se faz em cima de “pactos”, assim como eles têm sido formulados na referida Convocação Mundial de Seul sobre “Justiça, Paz e Integridade da Criação”; cf. R. FRIELING, *Der Weg des ökumenischen Gedankens*, *Op. cit.* pp. 310s.

⁴² Cf. entre outros C. MESTERS, “O futuro do nosso passado”, in *Uma Igreja que nasce do povo: Comunidades Eclesiais de Base*, Petrópolis: Vozes, 1975, esp. pp. 134s; S. MEINCKE, “O ecumenismo no movimento popular”, *Estudos Teológicos* 31 / n° 1 (1991) 65-70.

origens religiosas descobriram-se unidas na luta pela mesma nobre causa. Por vezes, esse ecumenismo tem-se emancipado das Igrejas e criado estruturas próprias, constituindo os assim chamados “organismos ecumênicos”, entre cujas características se encontra a maior ou menor independência em relação aos corpos eclesiásticos⁴³. São eles, a seu modo, lembretes da inconveniência de pretender a unidade da Igreja sem cuidar da unidade dos grupos que constituem seu ambiente social.

Que resulta de tudo isto? Devemos optar por um dos múltiplos conceitos de ecumenismo e continuar vivendo com a indefinição? A causa ecumênica sofreria prejuízo em ambos os casos. Mas qual a alternativa? Importa clarear o que devemos pretender.

III. Pistas para uma teologia ecumênica

1. Quanto maior a pluralidade, tanto maior a necessidade de consensos básicos. É o que se aplica a qualquer tipo de comunhão humana. Sem “Constituição”, sem acordo quanto aos direitos e deveres do cidadão, sem nenhum código de princípios éticos, a sociedade humana se inviabiliza e se sufoca no caos. *O ecumenismo cristão tem analogia no mundo secular*. Divisão, desintegração, polarização, enfim conflitos regionais ou internacionais produzem feridas no corpo da humanidade, colocando em risco sua sobrevivência. Exigem uma reação semelhante à do ecumenismo nas Igrejas. Existe uma variante política do mesmo.

Convém salientar esse aspecto, pois as “Nações Unidas”, entidade a quem cabe organizar a sociedade global, se defrontam com obstáculos nada menores do que o ecumenismo eclesial. Talvez seja mera coincidência que o CMI e as Nações Unidas tenham sido fundadas no mesmo ano de 1948. Perseguem, ambos, objetivos universais de unificação, reconciliação e pacificação. O processo da globalização vem aumentando a urgência desse esforço. A humanidade se ressentida progressivamente da necessidade de acordos internacionais. Mencionamos tão somente a área da bioética. No passado, o ecumenismo das Igrejas desempenhou uma função pioneira e até modelar, nessa busca de entendimentos para além das fronteiras. Lembrou ao mundo secular a comunhão como premissa de sustentabilidade. A retirada para a esfera privada da própria instituição, iria, pois, causar sérios danos à credibilidade das Igrejas no que diz respeito

⁴³ J. de SANTA ANA, *Ecumenismo e Libertação*, Op. cit. p. 254.

a seu empenho por paz e justiça⁴⁴. Se elas próprias não conseguem acertar-se, como querem ensinar aos outros? Ecumenismo é uma dívida, não só com Jesus Cristo. É uma dívida que a cristandade tem para com o mundo.

Ainda assim, a despeito da afinidade com uma preocupação política, “ecumenismo” e as palavras derivadas da mesma raiz etimológica deveriam ter resguardado o sentido estritamente teológico. Foi nessa acepção que o conceito de “ecumênico” se impôs e se popularizou. E com efeito, nem toda comunhão humana merece o atributo “ecumênica”. Interesses corporativistas e até cumplicidade no crime podem estar em sua origem. Produzem “uniões”, não “unidade”. A *oikoumene* é de Deus (Sl 24,1). É no que vai insistir o testemunho cristão. O termo, pois, deverá ser reservado como referência ao mundo criado por Deus, por ele amado e colocado sob a promessa da vinda de seu reino. O ecumenismo visa a causa de Deus, a sua vontade, bem como o afã por adequar-lhe a “terra habitada”. Aponta-se, com muita propriedade, para o significado original do termo, que é o todo do mundo de Deus⁴⁵. Por essas razões, a atividade ecumênica pressupõe a fé. Emanada de determinada “visão” de mundo, Deus e humanidade. Em outras palavras: falar em “ecumene” e em seus derivados tem seu lugar vivencial no credo da Igreja cristã, designando a um só tempo um dom, uma tarefa e uma promessa. A unidade buscada pelo “ecumenismo” se alicerça na obra de Deus. É o que lhe confere o inconfundível perfil.

2. Em tais horizontes, a busca da unidade dos cristãos, respectivamente da unidade da Igreja de Jesus Cristo, continua no topo da agenda. Exige absoluta prioridade. Os impasses registrados ultimamente não justificam a resignação. Importa, isto sim, cultivar um realismo ecumênico que se despede de algumas projeções fantasiosas de outrora. É absolutamente ilusório, por exemplo, alimentar a esperança da absorção de uma instituição por outra. Qualquer sonho de um “ecumenismo de retorno” deveria ser definitivamente sepultado⁴⁶. Tudo faz crer que também no futuro a cristandade exibirá rosto multiconfessional e pluridenominacional. Da mesma forma é ilusório

⁴⁴ K. RAISER, “Überholt die Globalisierung die ökumenische Bewegung?”, *Evangelische Theologie*, 58 / n° 2 (1998) 92-100.

⁴⁵ J. de SANTA ANA, *Ecumenismo e Libertação*, *Op. cit.* p. 22; R. A. VALENTIN, “Hacia una teología ecumenica”, *Cristianismo y Sociedad* 34 / n° 129/130 (1996) 9-19. A mesma ênfase está em evidência no ‘Manifesto’ do I Encontro da Assembléia do Povo de Deus, realizado em Quito, Equador, em 1992. O texto está em F. TEIXEIRA (org.), *O diálogo inter-religioso como afirmação da vida*. São Paulo: Paulinas, 1997, pp. 147-151.

⁴⁶ Assim com muita franqueza, entre outros, o teólogo católico K. J. KUSCHEL. *Op.cit.* p. 261.

pressupor que, o que divide a cristandade seja, predominantemente, a divergência doutrinal. O diálogo interconfessional tem mostrado admiráveis possibilidades de aproximação no discurso. Não redundou em nivelação, já que o sincretismo não é solução ecumênica. Existem maneiras de reconciliar diferenças sem necessariamente negá-las. *As verdadeiras pedras de tropeço do ecumenismo são de ordem estrutural mais que doutrinal.* A identidade das instituições se define não só pela respectiva bagagem dogmática, e, sim, também pelas leis em vigor, por mentalidades e, sobretudo, pelo exercício de poder⁴⁷. Sem a disposição para a revisão de estruturas, o diálogo teológico fatalmente permanecerá estéril.

O que barra o ecumenismo é a exigência, explícita ou implícita, de o parceiro corrigir seus erros, eliminar seus defeitos, sujeitar-se à legítima autoridade em assuntos de fé antes de ser possível a comunhão eclesial. Embora a necessidade de reparar na trave do próprio olho sempre tenha sido enfatizada na trajetória ecumênica, a insistência no que as Igrejas consideram irrenunciável legado apostólico, põe obstáculo ao avanço na unidade. Não seria mais realista desistir da conversão do outro como premissa do ecumenismo? Passos significativos nessa direção são dados por uma *"eclesiologia de comunhão"*. Como é sabido, o termo "comunhão" adquiriu crescente importância no mundo ecumênico. Não exclui a meta da unidade. E, no entanto, evita o mal-entendido uniformista da mesma. A comunhão, por definição, reserva espaço para individualidades e, portanto, para diferenças⁴⁸. Se fosse de fato acatada e traduzida em moeda ecumênica, essa eclesiologia daria início a nova caminhada, pois significaria que as instituições eclesiais passariam a entender-se não somente como representação do *corpo* de Cristo, e sim, também de um de seus *membros*.

Tanto a comunidade como a Igreja, evidentemente, são corpo. Constituem uma comunhão⁴⁹. Mas não será este corpo, por sua vez, membro de um corpo maior? O apóstolo Paulo escreve à Igreja de Deus que está em Corinto. Está lá uma manifestação da única Igreja de Deus no mundo. E, todavia, o apóstolo não deixa sombra de dúvi-

⁴⁷ U. KÖRTNER, *Op. cit.* pp. 83s.

⁴⁸ J. MOLTSMANN, "A Igreja como comunhão", *Concilium* n° 245 (1993) 161-163; J. M. R. TILLARD, "Eclesiologia de comunión y exigencia ecumenica", *Selecciones de Teología* 108 (1988) 269-280; H. MEYER, *Ökumenische Zielvorstellungen*, Göttingen: Vandenhoeck, 1996, pp. 77s. Já o Concílio Vaticano II pensava nessa direção.

⁴⁹ Há bons estudos sobre a comunhão cristã e os critérios a que se condiciona. Esses critérios variam nas Igrejas; cf. INSTITUTE FOR ECUMENICAL RESEARCH (Strasbourg), *Communio / Koinonia: A New Testament-Early Christian Concept and its Contemporary Appropriation and Significance*, Strasbourg, 1990.

da que esta comunidade pertence aos membros da “comunhão dos santos” que “em todo lugar invocam o nome de nosso Senhor Jesus Cristo” (1 Co 1,2). Por acaso, não se deverá aplicar às denominações algo semelhante ao que vale para a Igreja local⁵⁰? A constatação tem por condição o reconhecimento da fragmentariedade e provisoriedade de tudo o que é humano, a ser eliminada somente pela futura perfeição escatológica (1 Co 13,8s). *Não será verdade que esse juízo deve ser estendido a todas as concretizações históricas da “comunhão dos santos”?* “A Igreja de Cristo transcende cada comunhão particular, não é co-térmica com nenhuma Igreja denominacional”. E mais: “não existe nenhuma comunhão cristã que deva ser tratada como se fosse perfeitamente a Igreja de Cristo”⁵¹. Não entra em conflito com a santidade da Igreja. Significa, isto sim, que nenhuma das Igrejas encarna a plenitude do reino de Deus ainda que sejam chamadas a serem sinais do mesmo. Certamente a Igreja é comunhão. Não o serão também as Igrejas?

A irrestrita auto-identificação das instituições eclesiásticas com o corpo de Cristo lhes confere natureza exclusiva. Enquanto isso, a redescoberta da função de membro no corpo maior, peculiar também de instituições, devolver-lhes-ia a capacidade de cooperar, sem serem coagidas a renunciar à sua identidade. Cada qual serviria com os dons específicos que recebeu. A comunhão interna nas Igrejas teria réplica, ainda que assimétrica, nas relações intereclesiásticas.

É claro que a comunhão no nível eclesial necessita de fundamento mais largo do que aquela que se assenta sobre determinada “confessionalidade” ou tradição. Não terá o mesmo grau de densidade. Normalmente o consenso constitutivo de sua base será um “*consenso diferenciado*”, deixando espaço para articulações próprias⁵². Comunhão não uniformiza. Antes abre oportunidade à aprendizagem conjunta, fazendo crescer a comunhão e aprofundando-a. Até certo limite também tensões e controvérsias poderão ser toleradas. Não obstante, vai ultrapassar em muito a mera coexistência. Implicará a necessidade de algum reconhecimento mútuo, mesmo que discurso e

⁵⁰ A relação entre a comunidade local e a Igreja universal tem sido matéria de debate na Comissão Mista Católico-Luterana Internacional; cf. COMISIÓN MIXTA CATÓLICO-LUTERANA, *Iglesia y Justificación*. La concepción de la Iglesia a la luz de la justificación = Biblioteca Oecumenica Salmanticenseis, 23, Salamanca 1996, pp. 47s.

⁵¹ Assim de forma corajosa e animadora a COMISSÃO DE ECUMENISMO E DIÁLOGO RELIGIOSO DA ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, *Caminhos para a unidade: Pastoral de Ecumenismo*, São Paulo: Paulinas, 1987, p. 45 (o texto em grifo no original).

⁵² Exemplo de um consenso diferenciado é a referida Declaração Conjunta Católico-Romana/Evangélico-Luterana sobre a justificação por graça e fé. Não suprime as diferenças, antes as compatibiliza. Somente tal consenso não violenta o parceiro. Cf. H.

prática das Igrejas irmãs não sejam compartilhados integralmente. *Paradigma de tal "ecumene" é a própria Igreja das origens* em suas diferenças culturais, em sua heterogeneidade teológica, seus variados modelos estruturais. A pluralidade e a unidade da Igreja dos primeiros tempos são documentadas, ambas, pelo cânon do Novo Testamento, exemplificando, a seu modo, o que poderá ser "comunhão de Igrejas"⁵³. A Sagrada Escritura é instrutivo modelo ecumênico. Formula o consenso básico, embora diferenciado, da Igreja cristã. Une as Igrejas que a reconhecem como norma de sua vida e de sua fé, permitindo-lhes ao mesmo tempo espantosa liberdade de expressão. *A visão de uma "comunhão de Igrejas" hoje, com identidades específicas e, todavia, fincadas em sólido alicerce comum, carece de futuras reflexões.* É proposta ecumênica que, em suas numerosas variantes, ainda não foi suficientemente explorada⁵⁴. Abrem-se, assim nos parece, novas chances para a unidade dos cristãos.

3. Cabe respeitar, porém, que a *oikoumene* é de Deus. Fica constituída não pela devoção dos crentes, e, sim, pelo agir daquele Deus que, a um só tempo, se manifesta como criador, redentor e consumidor. Conseqüentemente a "ecumene" ultrapassa a esfera eclesiástica. A "comunhão dos santos" vive inserida no mundo, amado por Deus a tal ponto de por ele ter dado seu Filho unigênito (Jo 3,16). A confissão de Jesus Cristo está intrinsecamente vinculada à confissão do trino Deus, Senhor não só da Igreja, e, sim, de toda a criação. *Isto significa que o termo "ecumene", justamente em sua "limitação" teológica, adquire extraordinária abrangência.* Pois não há quem pudesse ser legitimamente excluído. O ecumenismo, sob essa ótica, será a tentativa da construção de pontes não só entre cristãos e cristãs de diferentes

MEYER, "Consensos e comunhão de Igrejas. Um breve balanço do diálogo católico-luterano internacional", *Estudos Teológicos* 26 / nº 3 (1986) 280; G. BRAKEMEIER, "Doutrina da Justificação – no limiar de um acordo ecumênico?" In *Doutrina da Justificação por Graça e Fé*, Porto Alegre: PUC / São Leopoldo: CEBI, 1998, pp. 37s.

⁵³ Cf. nosso estudo: G. BRAKEMEIER, "O cânon do Novo Testamento – paradigma da unidade da Igreja?" *Estudos Teológicos* 37 / nº 3 (1997) 205-222. As teologias do Novo Testamento, diferenciadas entre si, formam, ainda assim, um conjunto canônico.

⁵⁴ Desde 1990, a Federação Luterana Mundial se compreende a si mesma como "Comunhão de Igrejas" e vem testando este modelo com algum êxito. Fica a pergunta se poderá ser transferido a Igrejas não pertencentes à mesma tradição confessional. Mas, afinal de contas, por que não? Remetemos para os estudos reunidos em J. H. SCHJOERRING / P. KUMARI / N. HJELM (ed.), *From Federation to Communion: The History of the Lutheran World Federation*, Minneapolis: Fortress, 1997. Existem outros exemplos de uniões eclesiásticas a exemplo da Igreja Evangélica na Alemanha (EKD), que congrega, à base da Concórdia de Leuenberg, Igrejas Luteranas, Reformadas e Unidas; cf. H. BARTH, "Die EKD als Modell für die Gemeinschaft bekenntnisverschiedener Kirchen", in *KIRCHENAMT DER EKD, Mitteilungen aus Ökumene und Auslandsarbeit*, Breklum 2000, pp. 29-35. Fenômenos semelhantes existem nos Estados Unidos. Importa construir "comunhão de Igrejas". Nessa tecla bate também K. RAISER, *Ernstfall des Glaubens: Kirche sein im 21. Jahrhundert*, *Op.cit.* pp. 112s.

tradições eclesiásticas, e, sim, também entre pessoas de outras convicções religiosas. Também, neste caso, pressupõe-se a existência de uma comunhão anterior às iniciativas humanas que precisa ser plasmada, estruturada, concretizada. Consiste na *origem* comum da humanidade bem como em sua *vocação* para o reino de Deus. Tentaremos desdobrar as implicações:

a. A comunhão para além das fronteiras eclesiásticas evidentemente terá outra qualidade do que a comunhão “em Cristo”. Wolfhart Pannenberg, com boas razões, insiste em que o processo ecumênico nessa direção deverá desenvolver-se em outras formas⁵⁵. Mas não se extingue o ecumenismo. É o que faz jus à natureza da comunhão humana. Ela inevitavelmente se gradua. Não poderá ter sempre o mesmo grau de intensidade. A comunhão na família se distingue daquela que existe na fábrica, no lugar de trabalho. Pessoas da mesma tribo, da mesma nação, da mesma tradição possuem maiores afinidades umas com as outras do que com os “estrangeiros”. “*Koinonia*” conhece parentes mais próximos e outros mais distantes. Isto não é prejuízo, enquanto ninguém ficar de fato excluído. Conforme Jesus, até mesmo o inimigo deverá ser amado (Mt 5,44). Em outros termos, existem diversos graus de “comunhão ecumênica”.

b. Proíbe-se, por esta razão, jogar um tipo de ecumenismo contra o outro na tentativa de monopolizar o processo ecumênico em favor de uma só causa. A busca da unidade dos cristãos não exclui o esforço pela paz entre as religiões. Há que se distinguir, isto sim, pois a confusão das metas, a nivelação das bases e a desconsideração dos parceiros significaria o fim do ecumenismo. Cabe lembrar, entretanto, que a humanidade foi destinada a conviver em paz e a preservar o jardim de Deus⁵⁶. Essa convivência inevitavelmente acontecerá em modos distintos, razão pela qual deverão ser previstos também distintos níveis de ecumenismo. Não se trata, no nosso entender, da mudança de um paradigma. Não se deve querer substituir um ecumenismo por outro. *Importa, isto sim, devolver à única “ecumene” de Deus as dimensões que sempre tinha* e que abrangem Igreja e criação, bem como passado, presente e futuro da humanidade. Em outras palavras, im-

⁵⁵ W. PANNENBERG, *Op.cit.* p. 20. Quanto ao que segue, cf. G. BRAKEMEIER, “O imperativo ecumênico diante de pluralismo e fundamentalismo” in R.A. ULMANN (org.), *Consecratio Mundi*, Festschrift em homenagem a Urbano Zilles, Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998, pp. 63-72.

⁵⁶ Cf. o instrutivo artigo de T. SUNDERMEIER, “ ‘Konvivenz’ als Grundstruktur ökumenischer Existenz heute”, in *Ökumenische Existenz heute*, München: Kaiser, 1986, pp. 49-100.

porta pensar “ecumene”, “ecumenismo” e “ecumênico” em dimensões cósmicas⁵⁷.

c. Também na “ecumene” inter-religiosa há que se insistir em criteriosa distinção dos parceiros. É constituída, também ela, por parceiros mais próximos e outros mais distantes. Compete lembrar o caso especial do judaísmo, ao qual o cristianismo se liga por laços particularmente fortes. Há quem veja aflorar nesta relação a interrogante ecumênica por excelência⁵⁸. Cristãos e judeus se confessam ambos povo do mesmo Deus. É a cristologia que os separa, com o que o relacionamento judaico/cristão adquire de certo modo significado paradigmático para o diálogo inter-religioso em geral. Jesus Cristo separa ou une a humanidade? Não há como entrar no mérito desse assunto complexo⁵⁹. Seja como for, o mundo extracristão se apresenta multifacetado, não permitindo juízos genéricos. *Dependendo dos parceiros, o ecumenismo assumirá formas peculiares*. Torna-se peremptoriamente impossível somente nos casos de organizações criminosas. De resto, prevalece o imperativo da busca de entendimentos, da amizade, da cooperação em meio às diferenças.

d. Algo semelhante vale para o que se poderia chamar de “ecumenismo das causas justas”. Não deveria ser confundido com partidarismo ou sintonia ideológica. Somente na trilha da vontade de Deus a luta por um mundo mais fraterno e justo será ecumênica. O engajamento cristão nessa luta deverá ser suficientemente lúcido para distinguir entre interesses corporativistas, humanos, ditados por ambição egoísta de um lado, e o interesse de Deus em ver respeitada sua vontade “assim na terra como no céu” (Mt 6,10), de outro. É supérfluo dizer que esse interesse de Deus corresponde aos autênticos interesses humanos e implica no saneamento da realidade social. *Existe um legítimo “ecumenismo” em favor da promoção humana, da libertação de cativos históricos, da preservação do meio ambiente* ⁶⁰. Mas somente a orientação em Deus e sua vontade vai garantir a liberdade dos cristãos frente a propostas político-partidárias, muito embora alianças temporárias com elas possam ser exigidas. Considerando que o cumprimento da vontade de Deus se verifica também entre pessoas e grupos não-cristãos (cf. Rm 2,14-16), poderá originar-se

⁵⁷ M. BARROS. *Op.cit.*, pp. 148s fala em “ecumenismo com as dimensões do universo”.

⁵⁸ M. WEINRICH, *Op.cit.* pp. 149s.

⁵⁹ Está sendo calorosamente discutido. Remetemos para F. TEIXEIRA, *Teologia das Religiões: Uma visão panorâmica*, São Paulo: Paulinas, 1995, p. 78 e passim; K. KREMKAU, *Christus allein – allein das Christentum?* = Beiheft zur Ökumenischen Rundschau, 36, Frankfurt a. M.: O. Lembeck, 1979; etc.

⁶⁰ Boas considerações sobre a matéria em E. WOLFF, *O ecumenismo no Brasil: Uma introdução ao pensamento ecumênico da CNBB*, São Paulo: Paulinas, 2000, pp. 106s.

uma solidariedade prática, à qual, desde que em conformidade com os propósitos divinos, não deveria ser negada a qualidade do “ecumênico”.

e. O exposto mostrou que também o ecumenismo para além das Igrejas tem critério. Não poderá ser a fé em Jesus Cristo, visto que não é compartilhada pelos parceiros. Aliás, convém não confundir “missão” com “ecumenismo”. Embora seja difícil separar, há que se distinguir. Os objetivos não são idênticos. Enquanto “missão” é convite para abraçar a fé, “ecumenismo” busca paz e comunhão mediante reconciliação e compatibilização de diferenças. Missão e ecumenismo não se excluem. No entanto, não deveriam ser misturados. *O critério do ecumenismo cultural e inter-religioso deverá ser o “humano”*⁶¹, marca comum dos integrantes da espécie deste nome. Mas já na definição do que seja o especificamente “humano” em distinção do “desumano”, iniciam as divergências e por isto a tarefa ecumênica. Como fundamentar a dignidade humana, sem a qual nem o indivíduo nem a sociedade conseguem realmente sobreviver? Conceitos como o da imagem de Deus, segundo o qual homem e mulher têm sido criados (cf. Gn 1,27), possuem relevância fundamental nesses horizontes. A dignidade humana, conferida juntamente com esse distintivo, antecede a toda diferenciação da humanidade e se torna categorial. Portanto, existem laços entre as pessoas e os povos desse planeta a serem descobertos, fortalecidos e traduzidos numa convivência correspondente aos propósitos do Deus criador. O ecumenismo vai perguntar: existem outras fundamentações da dignidade humana semelhantes a essa e de igual efeito? O que significa e o que exige a dignidade humana em termos práticos, sociais e políticos⁶²?

f. Com isto está dito que ecumenismo, neste nível mais do que em qualquer outro, terá natureza dialógica. Convicções religiosas, desde que autênticas, são obrigadas a reivindicar exclusividade. Caso contrário, a si mesmas se desacreditam. A verdade é uma só, e com certeza necessita de fundamento seguro. Fé é *posição*. Não pode colocar-se em dois lugares ao mesmo tempo. O problema não é esse. A *pergunta*

⁶¹ É a reivindicação enérgica de H. KÜNG, *Op.cit.* pp. 126s; idem, *Teologia a Caminho: Fundamentação para o diálogo ecumênico*, São Paulo: Paulinas, 1999, p. 274. Mas não é ele o inventor da idéia. “Humanização” tem sido um dos grande objetivos da teologia da libertação e de movimentos congêneres.

⁶² Humanismo é mais do que bandeira opcional. É pressuposto de qualidade de vida e mesmo de sobrevivência. Exige por isto o mutirão das culturas. Cf. C. OSOWSKI (org.), *Teologia e humanismo social cristão: traçando rotas*, São Leopoldo: Unisinos, 2000; G. BRAKEMEIER, “Dignidade humana e Paz” in G. L. HACKMANN (org.) *Sub Umbris Fideliter: Festschrift em homenagem a Frei Boaventura Kloppenburg*, Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999, pp. 163-184; etc..

ecumênica realmente crucial é se as posições estão fechadas ou abertas. No primeiro caso, o diálogo será supérfluo. Uma fé estanque, pronta de vez, empreenderá cruzadas para subjugar os incrédulos e dissidentes. Mas não se senta com eles de igual para igual. Somente uma postura *exclusiva e, todavia, aberta* será capaz de compreender e de aprender. Também os “pagãos” possuem a sua sabedoria e, não raro, superam os filhos da casa na fé (cf. Lc 7,9).

A construção de uma “cultura de diálogo”, pois, está no cerne da preocupação ecumênica, no que ainda há muito por fazer⁶³. O bom diálogo tem uma ética por premissa e se condiciona ao reconhecimento de uma comunhão apriorística dos parceiros que, a despeito de posições antagônicas, os coloca em pé de igualdade. Jamais haverá *diálogo* entre justos e pecadores, entre salvos e perdidos, entre fariseus e publicanos. Existência dialógica tem por condição a autocompreensão do discípulo, a consciência da fragmentariedade do conhecimento humano e a humildade da criatura, resistente à tentação de ocupar o espaço de Deus.

g. No mundo ecumênico está em discussão uma “teologia das religiões”. Terá natureza pluralista, exclusivista, inclusivista? São essas as maneiras clássicas de abordar o assunto, todas elas com inconvenientes⁶⁴. Haverá alternativas? O assunto é polêmico. Independentemente da resposta, há que se convir ser fundamental achar formas de comunhão com os de perto e os de longe, os próximos e os estrangeiros. Jamais os conflitos da humanidade se apresentaram tão perigosos como no século XXI. O *Ecumenismo acontece por amor ao mundo*, seguindo assim o exemplo do próprio Deus. O antiecumenismo peca por falta de compaixão. Deus quer a vida da criação. De igual forma, ecumenismo se inspira na fé, no conhecimento da vontade de Deus, bem como do pecado do mundo. A comunhão humana necessita do perdão dos pecados, da conversão à verdade, da aprendizagem da misericórdia. Por ser assim, a comunhão plena continua sendo esperança escatológica. Somente a vinda da perfeição vai cumprir em definitivo os anseios ecumênicos, reconduzindo a “ecumene” a seu

⁶³ Ecumenismo requer diálogo. Nisto há unanimidade. Cf. M. AMALADOSS, *Pela Estrada da Vida: prática do diálogo inter-religioso*, São Paulo: Paulinas, 1996, pp. 9s; CONSELHO PONTIFÍCIO PARA A PROMOÇÃO DA UNIDADE DOS CRISTÃOS, *Diretório para a aplicação dos princípios e normas sobre o ecumenismo*. Petrópolis: Vozes, 1994, esp. pp. 93s; CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, *O que é ecumenismo?*, *Op.cit.* pp. 37s., com referência ao destaque dado ao diálogo pelo Papa João Paulo II em sua encíclica *Ut Unum Sint*. Diálogo, porém, é método, não fim em si. Necessita, pois, de definição de premissas e objetivos. Boas colocações a esse respeito em E. CAMBÓN, *Op.cit.* pp. 125s.

⁶⁴ F. TEIXEIRA, *Teologia das Religiões*, *Op. cit.*, pp. 37s.; H.-G. SCHWANDT (Hrg.), *Pluralistische Theologie der Religionen*, Frankfurt a. M.: Otto Lembeck. 1998.

destino original. Mas cruzar os braços e esperar as coisas acontecer significaria zombar de Deus. O ecumenismo antecipa algo da esperança futura e se revela assim, em todas as suas dimensões e mesmo em todas as suas limitações, como preparação do caminho do Senhor (Mc 1,3).

Gottfried Brakemeier, Doutorou-se em Göttingen, Alemanha, na área do Novo Testamento. Foi Presidente da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) de 1985 a 1994, Presidente do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC) de 1986 a 1990 e Presidente da Federação Luterana Mundial (FLM) de 1990 a 1997. É membro de várias comissões ecumênicas em nível nacional e internacional. Atualmente é Professor de Teologia Sistemática e Ecumênica na Escola Superior de Teologia em São Leopoldo (EST) e co-coordenador, com D. Ivo Lorscheiter, da Comissão Bilateral Nacional Católico-Romana/Evangélico-Luterana. Publicou *Reino de Deus e Esperança Apocalíptica*, 1984; *O 'Socialismo' da Primeira Cristandade*, 1985; *Testemunho da Fé em Tempos Difíceis*, 1990, todos da Editora Sinodal, São Leopoldo — RS, além de numerosos artigos em revistas teológicas nacionais e internacionais.

Endereço: Rua José Neumann Filho, 120
95.150-000 — Nova Petrópolis — RS
e-mail: gbrakemeier@gmx.net